

Pequena Central
Hidroelétrica Rio do
Braço S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.**
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2021.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019		Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		50	27	Fornecedores	10	22.680	14.485
Títulos e Valores Mobiliários	6	26.147	13.529	Financiamentos	11	4.184	3.575
Concessionárias e permissionárias	7	3.034	1.868	Dividendos a pagar	15.d	209	1.314
Despesas antecipadas		19	22	Compensação ambiental	12	99	99
Imposto de renda retido na fonte		24	93	Impostos e contribuições a recolher	13	75	103
Outros ativos		27	25	Imposto de renda e contribuição social		177	253
		<u>29.301</u>	<u>15.564</u>	Outros passivos		<u>1.003</u>	<u>142</u>
						<u>28.427</u>	<u>19.971</u>
Não circulante				Não circulante			
Títulos e Valores Mobiliários	6	1.280	1.555	Financiamentos	11	<u>14.828</u>	<u>13.005</u>
Imobilizado	8.1	57.754	60.254	Patrimônio líquido			
Intangível	8.2	53	68	Capital social		35.432	35.432
		<u>59.087</u>	<u>61.877</u>	Reserva legal		1.659	1.615
				Reserva de retenção de lucros		8.042	3.470
				Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	3.947
						<u>45.133</u>	<u>44.464</u>
Total do ativo		<u><u>88.388</u></u>	<u><u>77.441</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>88.388</u></u>	<u><u>77.441</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receitas líquidas	16	18.752	20.235
Custo sobre serviços prestados	17	<u>(9.171)</u>	<u>(12.241)</u>
Lucro bruto		<u>9.581</u>	<u>7.993</u>
Despesas Operacionais	18	<u>(950)</u>	<u>(876)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>8.631</u>	<u>7.117</u>
Receita Financeira		461	842
Despesas Financeira		<u>(7.519)</u>	<u>(1.521)</u>
Resultado financeiro	19	(7.058)	(679)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>1.573</u>	<u>6.438</u>
Imposto de renda e contribuição social	9	<u>(695)</u>	<u>(900)</u>
Lucro Líquido do exercício		<u>878</u>	<u>5.538</u>
Resultado por ação (básico e diluído)		0,051	0,324

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	878	5.538
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>878</u></u>	<u><u>5.538</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros	Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2018	35.432	1.338	6.970	-	-	43.740
Pagamentos dos dividendos	-	-	(3.500)	-	-	(3.500)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.538	5.538
Constituição de reservas	-	277	-	-	(277)	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	3.947	(3.947)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(1.314)	(1.314)
Em 31 de dezembro de 2019	35.432	1.615	3.470	3.947	-	44.464
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	878	878
Constituição de reservas	-	44	3.947	(3.947)	(44)	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	625	(625)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(209)	(209)
Em 31 de dezembro de 2020	35.432	1.659	7.417	625	-	45.133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	878	5.538
Ajuste		
Depreciação e Amortização	2.715	2.944
Juros sobre financiamentos	1.009	1.451
	<u>4.600</u>	<u>9.933</u>
Variações nos ativos e passivos		
Concessionárias e permissionárias	1.166	(226)
Despesas antecipadas	3	1
Imposto de renda retido na fonte	69	(5)
Outros ativos	1	25
Fornecedores	(8.194)	3.796
Impostos e contribuições a recolher	(28)	814
Outros passivos	861	(16)
Juros pagos	(1.021)	(1.396)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(619)	(816)
	<u>(3.162)</u>	<u>12.110</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(187)	(188)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(33.716)	(15.550)
Resgate em títulos e valores mobiliários	35.970	12.353
	<u>2.055</u>	<u>(3.384)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		
Pagamento de dividendos	(1.314)	(4.665)
Amortização de financiamentos	(17.557)	(4.060)
Aquisição de Financiamento	20.000	
	<u>1.129</u>	<u>(8.725)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		
Redução de caixa e equivalentes de caixa	23	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>27</u>	<u>27</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>50</u>	<u>27</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. ("Companhia" ou "PCH Rio do Braço") está situada na zona rural do município de Rio Claro, RJ, e é uma Companhia anônima de capital fechado, constituída em 23 de agosto de 2007. A Companhia tem por objeto a implantação e exploração de pequenas centrais hidroelétricas e a geração e comercialização de energia elétrica por 30 anos.

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), através do despacho nº 292, de 1 de fevereiro de 2008, aprovou o Projeto Básico da PCH Braço já com a titularidade da empresa para a PCH Rio do Braço.

A Companhia foi autorizada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.748 de 6 de janeiro de 2009, a explorar a Pequena Central Hidroelétrica Braço, com 11.520 kW de potência instalada, localizada no rio do Braço, no Município de Rio Claro, no Estado do Rio de Janeiro.

Através do contrato nº 1155418 de 7 de dezembro de 2009 celebrado com a LightCom Comercializadora de Energia S.A anteriormente denominada Light ESCO - Prestação de Serviços Ltda. a Companhia formalizou a venda de toda a energia produzida no período 1º de fevereiro de 2011 a 31 de dezembro de 2025.

Foi assinado, em julho de 2010, contrato de financiamento mediante abertura de crédito entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, na modalidade *Project Finance*, sendo este um passo importante para estruturação financeira do projeto.

1.1 Impactos do COVID 19

1.1.1 Contexto Geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

1.1.2 Medidas de assistência governamental

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, contudo, a Companhia não adotou nenhuma medida de assistência governamental.

1.1.3 Impacto nas demonstrações financeiras

Considerando o estágio da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e adotou as seguintes medidas:

- adiamento de todas as atividades de manutenção não essenciais, desde que não comprometam a segurança operacional;
- monitoramento contínuo de nossos colaboradores e de seus familiares;
- substituição das reuniões físicas por videoconferências e audioconferências;
- campanhas internas de conscientização e orientações de higienização e lavagem frequente das mãos, cuidados ao tossir e espirrar e evitar aglomerações;
- reforço na limpeza e higienização dos ambientes da usina e escritório;
- fornecimento de álcool em gel de bolso, máscaras e luvas para todos os colaboradores;
- fixação de dispenser de álcool em gel em pontos estratégicos da usina e do escritório administrativo;
- fixação de mensagens em locais visíveis aos colaboradores sobre os cuidados de prevenção sobre o Coronavírus;

Os impactos do COVID-19 foram baseados nas melhores estimativas da Administração e estão limitados aos últimos dias de dezembro. Esse evento não afetou os resultados dos negócios em 2020.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), em consonância com a lei das S.A. e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 01 de março de 2021.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

2.1 Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias de níveis 1,2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 4.4 de instrumentos financeiros.

2.4 Principais políticas contábeis

2.4.1 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

(ii) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e ativos financeiros da Companhia compreendem contas a receber (concessionárias e permissionárias) e caixa e equivalentes de caixa.

Despesas com juros são reconhecidos no resultado.

A Companhia desconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas, canceladas ou expiram.

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

2.5 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e geração de energia produzida pela usina. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

2.6 Imobilizado

a. Reconhecimento e Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, que inclui: terreno, máquinas e equipamentos, custos financeiros e custos gerais, totalizando custo de construção da usina hidroelétrica.

b. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, baseado na vida útil estimado dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	25-30 anos
Máquinas e Equipamentos	22-30 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de Informática	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

c. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.7 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.8 Financiamentos

Os financiamentos tomados foram reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

2.9 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.10 Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

2.11 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente serão determinados mediante a aplicação do percentual das alíquotas de presunção de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta auferida no período de apuração, visto que a Companhia é optante pelo Lucro Presumido. Posteriormente são aplicados a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para

imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido sobre a base de presunção.

2.12 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente (Light Esco Prestação de Serviços Ltda). A Companhia reconhece a receita quando realiza a prestação de serviço de geração de energia, e tem como parâmetro de contabilização o regime de competência.

2.13 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecido como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral, conforme divulgado na Nota Explicativa N° 15.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

a. Perda (*Impairment*) estimada de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia avaliou e não identificou nenhum indicativo de impairment.

b. Provisões

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela assessoria jurídica externa com base em seus pareceres e nos julgamentos da Administração. Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na nota explicativa 14.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetuada

Uma série de novas normas serão efetivadas para o exercício iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou as citadas normas, por considerar que não terão impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

- Contratos Onerosos (alteração ao CPC 25/IAS 37)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
- Classificação do Passivo em circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)
- Reforma da taxa de juros de referência (alteração ao CPC48/IFRS 9, CPC 08/IAS 39 e CPC40/IFRS7)
- IFRS 17 Contratos de Seguro

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

a. *Risco de crédito*

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da administração da Companhia. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2020. Também é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a LightCom Comercializadora de Energia S.A.

A administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da administração da Companhia e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

b. *Risco de liquidez*

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os vencimentos do financiamento, considerando os juros contratuais, estão demonstrados a seguir:

Vencimentos	Itaú
2021	4.138
2022	4.138
2023	4.138
2024 em diante	2.414
	<u>14.828</u>

c. Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause em aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita à variação da TJLP.

d. Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão descritos a seguir:

(i) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(ii) Financiamentos e debêntures

Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores de mercado dos financiamentos e debêntures são muito próximos dos valores contabilizados.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de Swap.

Foi mensurado pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações foram registradas no resultado.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras Companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser assim sumariados:

	2020	2019
Montante total de dívida (passivo circulante acrescido de passivo não circulante)	43.255	32.976
Total do patrimônio líquido	45.133	44.464
Índice de alavancagem financeira	0,96	0,74

5.3 Instrumentos financeiros a valor justo por meio de resultado

2020		
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros		
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e Equivalentes de caixa	50	50
Títulos e valores mobiliários	27.427	27.427
	27.477	27.477
Passivos Financeiros		
Financiamentos	19.012	19.012
	19.012	19.012
2019		
Ativos Financeiros		
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e Equivalentes de caixa	27	27
Títulos e valores mobiliários	15.084	15.084
	15.111	15.111
Passivos Financeiros		
Financiamentos	16.580	16.580
	16.580	16.580

5.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

5.5 Análise de Sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela administração. São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II). A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

		2020			
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI %			0,75%	2,75%	4,75%
	Caixa e Equivalentes de caixa	50	0	1	2
	Títulos e Valores Mobiliários	27.427	206	754	1.304
CDI %			0,75%	2,75%	4,75%
	Financiamentos	19.012	143	522	903
		2019			
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI %			3,94%	5,94%	7,94%
	Caixa e Equivalentes de caixa	27	1	2	2
	Títulos e Valores Mobiliários	15.084	594	896	1.199
TJLP			3,57%	5,57%	7,57%
	Financiamentos	16.580	592	923	1.255

6 Títulos e Valores Mobiliários

Circulante	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações Financeiras (a)	<u>26.147</u>	<u>13.529</u>
	<u>26.147</u>	<u>13.529</u>
 Não circulante	 31/12/2020	 31/12/2019
Fundos vinculados (b)	<u>1.280</u>	<u>1.555</u>
	<u>1.280</u>	<u>1.555</u>
	<u>27.427</u>	<u>15.084</u>

- (a) Refere-se a aplicação financeira mantidas com bancos de primeira linha, indexado pelo CDI e com liquidez imediata e está representado, por Certificados de Depósito Bancário - CDB, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
- (b) Os fundos vinculados referem-se a aplicações financeiras (indexados pelo CDI), requeridas em contrato de empréstimo com o Itaú, com a finalidade de garantia real.

7 Concessionárias e Permissionárias

Refere-se às contas a receber de energia gerada ao cliente LightCom Comercializadora de Energia S/A.

	2020	2019
Suprimento - LightCom Comercializadora de Energia S/A	1.492	1.444
Energia de Curto Prazo - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	<u>1.542</u>	<u>424</u>
	<u>3.034</u>	<u>1.868</u>

A Companhia não possui perda de crédito esperada pois não existem itens vencidos e nem histórico de inadimplência, além da liquidação ocorrer em até 30 dias.

8 Imobilizado e Intangível

8.1 Imobilizado

<i>Em milhares de Reais</i>	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações	Máquinas e equipamentos	Moveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro 2018	3.530	42.207	16.933	19.429	41	-	1.419	83.559
Adições	-	-	-	11	1	-	141	153
Transferência	-	387	132	471	104	112	(1.207)	-
Saldo em 31 de dezembro 2019	3.530	42.594	17.065	19.911	146	112	353	83.712
Adições	-	-	-	28	-	-	159	187
Transferência	-	-	88	-	5	-	(94)	-
Saldo em 31 de dezembro 2020	3.530	42.594	17.153	19.939	151	112	418	83.899
<i>Depreciação acumulada</i>								
<i>Em milhares de Reais</i>	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações	Máquinas e equipamentos	Moveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro 2018	-	11.021	4.425	5.071	13	-	-	20.530
Depreciação	-	1.501	576	705	42	107	-	2.931
Saldo em 31 de dezembro 2019	-	12.522	5.001	5.776	55	107	-	23.458
Depreciação	-	1.415	575	668	21	6	-	2.685
Saldo em 31 de dezembro 2020	-	13.937	5.576	6.444	76	113	-	26.141
Valor contábil líquido	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	3.530	28.657	11.579	13.494	76	(1)	419	57.754
Em 31 de dezembro de 2019	3.530	30.072	12.064	14.135	91	6	353	60.251

8.2 Intangível

<i>Em milhares de Reais</i>	Software	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro 2018	<u>-</u>	<u>47</u>	<u>47</u>
Adições	-	36	36
Transferência	<u>72</u>	<u>(72)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro 2019	<u>72</u>	<u>11</u>	<u>83</u>
Adições	7	7	14
Transferência	<u>11</u>	<u>(11)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro 2020	<u>90</u>	<u>7</u>	<u>97</u>
 <i>Amortização acumulada</i>			
<i>Em milhares de Reais</i>	Software	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro 2018	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Amortização	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>14</u>
Saldo em 31 de dezembro 2019	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>14</u>
Amortização	<u>30</u>	<u>-</u>	<u>30</u>
Saldo em 31 de dezembro 2020	<u>44</u>	<u>-</u>	<u>44</u>
Valor contábil líquido	<u>46</u>	<u>7</u>	<u>53</u>
Em 31 de dezembro de 2020	<u>46</u>	<u>7</u>	<u>53</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u>58</u>	<u>11</u>	<u>68</u>

A Resolução Autorizativa nº 1.748, de 6 de janeiro de 2009, que autoriza a Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da PCH Rio do Braço, localizada no Município de Rio Claro, Estado do Rio de Janeiro, está regida sob as condições estabelecidas nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996.

Essa Resolução menciona, em seu artigo 10, a previsão de que ao final do prazo da autorização, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

O Decreto 2003/96 da ANEEL, em relação as indenizações a que referem-se as resoluções autorizativas, consideram no seu artigo 20 § 1º:

Art. 20. No final do prazo da concessão ou autorização, os bens e instalações realizados para a geração independente e para a autoprodução de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados.

§ 1º Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria do poder concedente.

Face ao exposto acima, a Companhia, em 2013, ajustou sua estimativa do valor de depreciação dos bens do ativo imobilizado limitando ao seu prazo da autorização (anteriormente realizada pelas taxas da ANEEL publicadas na Instrução Normativa 496/2012).

9 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia vem adotando o regime de tributação lucro presumido desde o exercício de 2011.

	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de geração auferida no exercício	18.263	18.263	20.718	20.718
	<u>18.263</u>	<u>18.263</u>	<u>20.718</u>	<u>20.718</u>
Percentual de Presunção do imposto de renda (8%) e da contribuição social (12 %)	8%	12%	8%	12%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	1.461	2.192	1.657	2.486
Rendimento de Aplicação Financeira	461	461	842	842
Base para cálculo do imposto de renda e contribuição social	1.922	2.653	2.499	3.328
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	456	239	600	300
Alíquota Efetiva do Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>29%</u>	<u>15%</u>	<u>9%</u>	<u>5%</u>

10 Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para liquidação de energia de CP	22.022	14.070
Outros	<u>658</u>	<u>415</u>
	22.680	14.485

11 Financiamentos

Moeda Nacional	Taxa anual de juros a.a.	31/12/2020	31/12/2019
Tranche A	TJLP 6% + 2,05%	-	15.262
Tranche B	TJLP 4,5%	-	739
Tranche C	TJLP 6% + 2,05%	-	579
CCB	IPCA + 5,05%	19.012	-
Financiamento - principal e juros		<u>19.012</u>	<u>16.580</u>
Passivo circulante		<u>4.184</u>	<u>3.575</u>
Não circulante		<u>14.828</u>	<u>13.005</u>

O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:

Empréstimo	31/12/2019	Aquisição		Amortização		31/12/2020
		Principal	Juros	Principal	Juros	
BNDES	16.580	-	736	16.523	794	-
Itaú	-	20.000	273	1.034	227	19.012
Total:	16.580	20.000	1.009	17.557	1.021	19.012

Empréstimo	31/12/2018	Aquisição		Amortização		31/12/2019
		Principal	Juros	Principal	Juros	
BNDES	20.585	-	1.451	4.060	1.396	16.580
Total:	20.585	-	1.451	4.060	1.396	16.580

Vencimentos	Itaú
2022	4.138
2023	4.138
2024	4.138
2025 em diante	<u>2.414</u>
	<u>14.828</u>

- a) Em 17 de setembro de 2020, a Companhia realizou o pagamento do montante da dívida no valor de R\$ 13.971, junto ao Banco BNDES, liquidando o financiamento.

b) Em 30 de setembro de 2020, a Companhia assinou contrato de financiamento no valor de R\$ 20.000 junto ao Banco Itaú S/A, nas seguintes condições:

- **Data de Entrada do Recurso:** 30/09/2020
- **Prazo:** 58 parcelas, com pagamentos mensais sem carência.
- **Taxa:** IPCA + 5.05% aa

Garantias Concedidas

Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios
Alienação Fiduciária de Ações

Covenants financeiros

Devido a esse financiamento, a Companhia fica obrigada a cumprir o seguinte índice:

O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20, calculado com base no EBITDA dividido pelo serviço da dívida (despesa financeira somada às parcelas de principal das dívidas referentes ao mesmo período (últimos 12 meses));

a) Em 30 de setembro de 2020, a Companhia confirmou operação de Swap, nas seguintes condições:

- Valor Fixo: R\$ 20.000
- Data efetiva: 30/09/2020
- Vencimento: 15/07/2025
- Fator de correção CDI, porcentagem 100%
- Taxa de juros exponencial – 3,70% aa

12 Compensação ambiental

	31/12/2020	31/12/2019
Medidas compensatórias	99	99

Por se tratar de Companhia que possui licenciamento ambiental para realização do empreendimento, a Companhia contribui para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, conforme estabelecido no termo nº 36/2006. Desta forma, a Companhia procedeu à provisão do valor mencionado no termo/contrato e parte foi realizada nos exercícios anteriores.

13 Impostos e Contribuições a Recolher

	31/12/2020	31/12/2019
Pis sobre Faturamento	9	14
Cofins sobre Faturamento	44	65
Outros	22	24
	75	103

14 Contingências

A Administração, de acordo com o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.	Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

A Companhia não possui contingências em 31 de dezembro de 2020 e 2019 com risco de perda provável, de acordo com seus advogados externos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía as seguintes causas possíveis:

- (a) A Companhia é parte de um Inquérito Civil Público, em andamento no Ministério Público Federal - Núcleo de Volta Redonda/RJ, onde foi apresentada em 2002, uma representação pela Associação dos Moradores do Vale do Rio do Braço / Santana alegando que a construção da PCH Rio do Braço causaria diversos danos ao meio ambiente.

A Companhia obteve junto ao IBAMA, todas as licenças ambientais necessárias a implantação do empreendimento e esclarece que cumpriu e vem cumprindo com todas as suas obrigações perante este órgão.

Os consultores jurídicos da empresa entendem a perda dessa demanda como possível e sem valor de causa, portanto em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foram registrados quaisquer valores de provisão nas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa ação.

- (b) A Companhia é parte de um Processo Administrativo / Notificação por parte da SPU - Secretaria de Patrimônio da União, onde é alegado que as margens do Rio do Braço seriam de propriedade da União, e que portanto é devida a União uma remuneração pelo uso dessas áreas.

A Companhia entende que a aplicação desse conceito só é válida para rios navegáveis, o que certamente o Rio do Braço não é. Foi apresentada defesa tempestiva e posteriormente foram enviados esclarecimentos adicionais sobre o tema.

Os consultores jurídicos da empresa entendem a perda dessa demanda como possível e sem valor de causa, portanto em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram registrados quaisquer valores de provisão nas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa ação.

- (c) A Companhia é parte de um Processo Judicial contra a União Federal, onde foi ajuizada em julho de 2015, Medida Cautelar por meio da qual se busca assegurar a limitação da aplicação do Ajuste do MRE a PCH Braço, de forma a limitar este encargo setorial a 5% do “déficit do GSF”, sob a alegação de que estavam sendo considerados indevidamente no cálculo do GSF riscos não hidrológicos. Ainda em julho de 2015 foi proferida decisão liminar em favor da

Companhia determinando a suspensão da exigibilidade dos valores que excederem os 5% citados acima.

Em setembro de 2020, foi publicada a Lei nº 14.052, sobre a repactuação dos riscos não hidrológicos que têm sido indevidamente assumidos pelos geradores do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) nos últimos anos. A Lei prevê compensação aos participantes do MRE pelo deslocamento da geração hidrelétrica em razão de geração termelétrica fora da ordem de mérito de custo e dos efeitos causados pelos empreendimentos estruturantes no que se refere a antecipação de garantia física durante a fase de motorização e restrições de escoamento da energia em função de atrasos das instalações de transmissão. A Lei prevê ainda a compensação de forma retroativa para os agentes que não tenham repactuado o risco hidrológico e desistam das ações judiciais que discutam a isenção ou mitigação de riscos hidrológicos. Os cálculos de ressarcimento e publicação dos valores pela ANEEL estão em andamento. A partir de então, os agentes poderão manifestar seu interesse em aderir a essa repactuação. A Companhia vem internamente estudando e avaliando a possibilidade de adesão a essa repactuação e tomará sua decisão no momento oportuno.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 35.432, representado por 17.096.592 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 24 de setembro de 2020, ocorreu a alteração do controle acionário da Companhia, que passa do Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia para Vulcan Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia com 99,99% de participação.

b. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei incluindo a dedução de prejuízos acumulados, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% será distribuído como dividendo obrigatório.
- Após qualquer retenção prevista no orçamento anual, o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

c. Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados de exercícios anteriores, a fim atender às limitações do orçamento de caixa da Companhia a ser aprovada em conselho da administração.

d. Dividendos propostos

Os dividendos propostos referentes aos dividendos mínimos calculados sobre o lucro líquido do exercício de 2019, no montante de R\$ 1.314, foram pagos ao Fundo de Investimento em Participações Brasil e Energia em 31 de julho de 2020.

Já no exercício de 2020, foram constituídos dividendos mínimos de R\$ 209.

e. Proposta de distribuição de dividendos adicionais

Os dividendos adicionais propostos são as parcelas que excedem ao dividendo mínimo obrigatório calculado.

No exercício de 2020 e 2019, foram constituídos proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 625 e R\$ 3.947, respectivamente.

Em 31 de julho de 2020, através de AGE, a companhia aprovou a destinação dos dividendos adicionais, passando para conta de reserva de lucros acumulados.

16 Receita líquida

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecimento de energia	17.470	16.819
Outras receitas (a)	1.982	4.196
Imposto sobre serviços	<u>(700)</u>	<u>(780)</u>
	<u>18.752</u>	<u>20.235</u>

- (a) Receitas oriundas de operações no Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica - MCP, originadas pelo saldo positivo do balanço energético da Companhia, contabilizadas e liquidadas pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

17 Custo sobre os serviços prestados

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(682)	(585)
Material	(107)	(121)
Serviços de terceiros	(1.334)	(1.352)
Depreciação	(2.679)	(2.927)
Aluguéis	(18)	(19)
Seguros	(102)	(107)
Impostos e taxas	(5)	(14)
Compra de energia elétrica	<u>(4.244)</u>	<u>(7.116)</u>
	<u>(9.171)</u>	<u>(12.241)</u>

18 Despesas Operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(376)	(324)
Material	(19)	(30)
Serviços de terceiros	(501)	(483)
Depreciação	(35)	(17)
Aluguéis	(15)	(21)
Impostos e taxas	(4)	(2)
	<u>(950)</u>	<u>(876)</u>

19 Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas financeiras		
Juros BNDES	(848)	(1.451)
Juros Financiamento Itaú	(273)	-
Tarifas bancárias	(89)	(68)
Operações de Swap	(831)	-
Outras*	(5.478)	(2)
	<u>(7.519)</u>	<u>(1.521)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações	461	842
	<u>461</u>	<u>842</u>
	<u>(7.058)</u>	<u>(679)</u>

*Variação decorrente de atualização monetária, sobre a liminar GSF.

20 Seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 69 milhões para danos materiais, R\$ 10 milhões para responsabilidade civil e R\$ 200 mil para o seguro dos veículos.

Risco	Vigência	Importância segurada
Seguro de veículo	21/11/2020 a 21/11/2021	200
Risco de Engenharia	14/03/2020 a 14/03/2021	69.160
Responsabilidade Civil	14/03/2020 a 14/03/202	10.000

* * *

Marcelo Pedreira de Oliveira
Diretor Presidente

Gliciera dos Santos Lima Alcantara
Contadora
CRC 116761/O-0